

22/4/93
29

A-8

Governo proíbe ação de madeiras no Sul da BA

Maria José Quadros
de Salvador

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) publicou resolução suspendendo todas as atividades madeiras na área de Mata Atlântica da Bahia, incluindo aquelas autorizadas pelo Ibama, até que se conclua o inventário completo da região. A resolução nº 240, em vigor desde o último dia 17, vem provocando fortes protestos entre os madeiros do Sul do estado, onde se concentra o que resta daquela vegetação no País.

Dezenas de serrarias do Espírito Santo e Minas Gerais se abastecem de madeira nativa daquela região.

O desmatamento aumentou com a crise da lavoura cacaueteira, provocada pela expansão da doença vassoura-de-bruxa. Muitos produtores falidos passaram a viver da exploração de madeira. Com isso, aumentou a derrubada da mata para a formação de pastagens — atividade vista como alternativa à crise.

Embora não haja números oficiais sobre o desmatamento, a rede de organizações não governamentais (ONGs) da Mata Atlântica calcula que, diariamente, vem sendo destruí-

da uma área equivalente a 20 campos de futebol. A decisão do Conama de suspender provisoriamente a exploração da floresta é fruto de recomendação de ONGs ambientalistas do Nordeste, que, em outubro de 1996, começaram a se mobilizar pela realização de auditoria nos planos de manejo florestal sustentado no Sul da Bahia. No mesmo ano, o Ibama e o Departamento de Desenvolvimento Florestal iniciaram um trabalho de diagnóstico nos planos de manejo existentes. Entre outras coisas, foi apurado que, dos 326 planos auditados, apenas 25 estavam sendo implementados dentro das regras ambientais; 75% da madeira que sai do Sul da Bahia é obtida ilegalmente; que a autorização para desmate e transporte de um plano de manejo também é usada para legitimar a exploração em áreas não autorizadas e que o Ibama não tem condições de fiscalizar com rigor a aplicação dos planos.

Com base no estudo, o Conama decidiu suspender a exploração, até que seja feito o inventário da floresta e um zoneamento ecológico-econômico para determinar as áreas e os estoques mínimos para a extração de madeira.